COORD.PARC.SOLO E HAB.INTERESSE SOCIAL - SEL/PARHIS

PROCESSO	SQL/INCRA	NOME
2013-0311868-4	0014407700296-1 002	RLIMA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
2014-0338807-1	0005704700276-1 001	AGAPPE CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS
2014-0344820-1	0006645200439-1 001	FRANCISCO NUNES REI PIRES
2015-0042005-7	0007221100098-1 006	EDIVA SILVA COIMBRA
2015-0042018-9	0013806900360-1 001	PETRA PRIME INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA
2015-0205451-1	0005701500268-1 005	ANDRE AUGUSTO MORAES SILVA

COORD.ATIV. ESPECIAL E SEGURANCA DE USO - SEL/SEGUR

PROCESSO	SQL/INCRA	NOME
2012-0066630-1	0009046802140-1 003	INSTITUTO DAS IRMAS DA SANTA CRUZ
2013-0183303-3	0006514700241-1 006	AMORIM CORTINAS LTDA - EPP
2014-0023242-9	0001800100061-1 028	INSTITUTO AFROBRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR
2014-0182488-5	0007843100016-1 008	JBS S/A
2014-0224025-9	0002708700316-1 012	AGREGA FACILITY LOCACAO E ADEQUACAO DE ESPACO LTDA
2014-0356310-8	0008739700011-1 010	COMPANHIA METALURGICA PRADA
2015-0105358-9	0008122300197-1 010	BAR E LANCHONETE LOWNDES LTDA EPP
2015-0134384-6	0000102200092-1 014	BANCO DO BRASIL S.A
2015-0175040-9	0021401600016-1 008	AUTO VIACAO URUBUPUNGA LTDA

COORDENADORIA DE ATIVIDADE ESPECIAL E SEGURANÇA DE USO

SEGUR-2

SEGUR-2

INTIMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS-SEGUR-2

Pela presente, fica V.Sa. Intimado a Executar as Obras e Serviços relacionados , nos prazos fixados pelos Peritos no cronograma fisico-financeiro que integra o L.T.S. referente a Edificação acima e aceitos por este Departamento, os quais se contarão a partir da data de publicação desta Intimação no D.O.C.. O não cumprimento desta Intimação pela Inexecução de cada Obra ou Serviço no termino do prazo parcial fixado no cronograma fisico-financeiro, acarretará a não expedição do Documento Municipal comprobatório do atendimento das normas de segurança bem como a aplicação da seguinte penalidade: Multa no valor constante do quadro IV anexo a Lei 9.433 de 01 de abril de 1982.

00045/SEL/SEGUR-2/2015-2013-0.363.376-7- CAMISARIA CATARINENSE LTDA; R AIMORES, 177 - 183 - BOM RETIRO; 360 DIAS.

HABITAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMH

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

5ª GESTÃO

Data da Reunião: 29 de outubro de 2015

Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 10º andar – Auditório da Sala 102 – Centro – SP

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano 2015, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 10º andar, auditório da sala 102, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 8ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 5ª Gestão 2014/2016, conforme lista de presença, os **Conselheiros (as) do Poder Público:** José Floriano de Azevedo Marques Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Américo Calandriello Júnior (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Márcia Maria Fartos Terlizzi (Conselheira Poder Público/SEHAB); Guilherme Henrique Fatorelli Del'Arco (Conselheiro Poder Público/SEL); João Abukater Neto (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Jair José Rodrigues (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Fernando José Dias Corrêa (Conselheiro Poder Público/SF); Taís Jamra Tsukumo (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Roberto Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Sec. Habitação de SP); Maria Cláudia Pereira de Souza (Conselheira Poder Público/CDHU) e Antônio Marsura (Conselheiro Poder Público/CEF). **Conselheiros (as) dos Movimentos Populares:** José de Abraão (Cons. Mov. Populares/Assoc. Trab. Sem Terra da Zona Oeste); José de Jesus F. da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. dos Trab. Sem Terra Zona Oeste); Sidnei A. Euzébio Pita (Conselheiro Mov. Populares/ULC); Valdeci Gomes (Conselheiro Mov. Populares/ULC); Maria Barbosa Rocha Rastelle (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor.Região Sudeste); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Mov. Populares/MSTC); Maria Aparecida Ferreira (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Eliete Calisto da Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Edinalva Silva Franco Pereira (Cons. Mov. Populares/AMMPT); Manuel Morizzi (Cons. Mov. Pop./AMMPT); Guiomar Carlos dos Santos (Conselheira Mov. Populares/SAM/MNLM-BR); João Alexandre da Silva (Conselheiro Mov. Populares/AULFASP); Valmir Vaz Santos (Conselheiro Mov. Pop./Assoc. de Moradores Conj. Res. Paraíso); Maksuel José Costa (Conselheiro Mov. Populares/MSTI); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Mov. Populares/MDM); Dalva Maria de Oliveira (Conselheira Mov. Populares/MDM); Rosa Maria Beatriz (Cons. Mov. Pop. /Assoc. Moradores Favela Jd. Nazaré I); Luiz Garcia Maldonado (Conselheiro Mov. Populares/CONSEHAB); Fabiana Almeida Oliveira Campos (Conselheiro Mov. Populares/CONSEHAB) e Maria Aparecida Pontes (Cons. Mov. Populares/Assoc. Unif. de Ações Pop. da Z. Norte). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil:** Débora Sanches (Conselheira Soc. Civil/Centro Universitário Belas Artes SP); Rafael Conde Macedo (Conselheiro Soc. Civil/PUC -SP); Caio Santo Amore de Carvalho (Cons. Sociedade Civil/IAB-SP); Celso Aparecido Sampaio (Conselheiro Soc. Civil/IAB-SP); Erildo Xavier Feigel (Cons. Sociedade Civil/SCIESP); Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Élcio Sigolo (Conselheiro Soc. Civil/SINDUSCON-SP); Abelardo Campoy Diaz (Conselheiro Soc. Civil/SECOVI-SP); Maria Isabel Nobre de Sousa Cabral (Conselheira Soc. Civil/PEABIRU); Rafael Borges Pereira (Conselheiro Soc. Civil/ PEABIRU); Flávio Carvalheiro (Conselheiro Soc. Civil/SINCOHAB); Maria dos Anjos B. dos Santos (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Dir. Humanos); Margareth Matiko Uemura (Conselheira Soc. Civil/Instituto Pólis); Ariovaldo Lopes de Souza (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP) e Reinaldo Martines Ruiz (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP). **Ausentes os Conselheiros (as):** Maria Tereza Soares Silveira (Conselheira Poder Público/SEHAB); Maria Rosa Lazinho (Conselheira Poder Público/SEL); José Jacques Namur Yazbek (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Helena Strada Nosek (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Lilian Cristina de Moraes Calcagno (Conselheira Poder Público/SIURB); Ricardo Rezende Garcia (Cons. Poder Público/SIURB); Larissa Carolina de Almeida Marco (Conselheira Poder Público/SF); Alberto Kleinas (Cons. Poder Público/SEMDET); Nuria Pardilhos Vieira (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Nelson Luiz Baeta Neves Filho (Conselheiro Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Marcos Rodrigues Penido (Conselheiro Poder Público/CDHU); Lúcia Helena Silva (Conselheira Poder Público/CEF); Felícia M. Dias (Cons. Mov. Populares/Assoc. Morar e Preservar da Chác. do Conde F. I); Rosana do Carmo Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Morar e Preservar Chác. do Conde F1); Jomarina Abreu Pires da Fonseca (Conselheira Mov. Populares/MSTC); Leandra Gujev de Carvalho (Conselheira Mov. Populares/SAM/MNLM-BR); José Alves Dias (Conselheiro Mov. Populares/AULFASP); Edson Urias Tomaz (Cons. Mov. Populares/Assoc. Moradores do Conj. Res. Paraíso); Edson Morais dos Santos (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto Z. Noroeste); Maria Elena Ferreira da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto Z. Noroeste); Ércio José Rodrigues (Cons. Mov. Pop./Mov. Sem Teto do Ipiranga); Alberto Gomes de O. Vieira (Cons. Mov. Pop./Assoc. Moradores Favela Jd. Nazaré I); Arlindo Rodrigues da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. Unif. de Ações Pop. da Z. Norte); Luiza Naomi Iwakami (Conselheira Soc. Civil/Centro Universitário Belas Artes de SP); Júlia Azevedo Moretti (Conselheira Soc. Civil/Belas Artes SP); Alexandre Marques Tirelli (Conselheiro Soc. Civil/SCIESP); Flávio Tadeu Adriano Niel (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Cristiano Goldstein (Conselheiro Soc. Civil/SINDUSCON-SP); Hamilton de França Leite Júnior (Conselheiro Soc. Civil/SECOVI-SP); Flávio Higuchi Hirao (Cons. Sociedade Civil/USINA); Talita Alana Barbosa (Conselheira Soc. Civil/USINA); Renato Roberto Ribeiro (Conselheiro Soc. Civil/SINCOHAB); Luciana Bedeschi (Conselheira Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Natasha Mincoff Menegon (Conselheira Soc. Civil/Instituto Pólis); Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Soc. Civil/OAB) e Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Soc. Civil/OAB). **Ausências justificadas dos Conselheiros (as):** Denise Lopes de Souza (Conselheira Poder Público/SEHAB); João Leopoldo Wernek de Camargo (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Cristiane Genofre Zabatiero (Conselheira Poder Público/SEMDET) e Benedito R. Barbosa (Conselheiro Mov. Populares/Assoc. Mov. de Moradia R. Sudeste). **Presentes os convidados (as):** Ana Maria Maluf Moussalli (SEHAB/SECMH); Edmundo Fontes (COHAB-SP); Osmar Silva Borges (SEHAB); Vera Lúcia Silveira Rosa de Barros (SEHAB/GAT/SECMH); Patrícia Rodrigues (Secretaria de Política das Mulheres); José Eduardo Vilella (COHAB-SP); Paulo R. (COHAB-SP) e Verônica Kroll (Movimentos Populares). Assinaram a lista de presença outras 39 pessoas. **Pauta da reunião:** 1) Aprovação da Ata da 7ª Reunião Ordinária do CMH realizada em 27/08/2015; 2) Solicitação de Voto CMH nº23/2015- Autorização para aditamentos aos convênios dos empreendimentos denominados "Vilinha 25 de Janeiro", "Imoroty", "Eiras Garcia" e "Pedro Fachinni" com vistas à regularização fundiária junto aos cartórios de registro de imóveis, e mediante aporte de recursos não retornáveis do Fundo Municipal de Habitação, cuja liberação fica condicionada à disponibilidade financeira; 3) Solicitação de Voto CMH nº24/2015- Solicita a constituição de um Grupo de Trabalho a ser formado por três representantes de cada segmento para rever a Lei que instituiu o Conselho Municipal de Habitação; 4) Apresentação pela Sra. Patrícia Rodrigues, da Secretaria Municipal de Políticas das Mulheres sobre a Lei nº15.946 de 23/12/2013 que institui a composição mínima de 50% de mulheres nos Conselhos de Controle Social e respectivo Decreto nº54.917, de 12/03/14; 5) Formação da Comissão Eleitoral para a 6ª gestão do CMH, biênio2016/2018, com indicações de três membros de cada um dos segmentos, com seus respectivos suplentes. A primeira reunião da Comissão Eleitoral ocorrerá em Novembro de 2015, onde serão discutidos os critérios de habilitação das entidades da sociedade civil e dos movimentos populares e toda a documentação que deverá ser fazer parte do cadastramento eleitoral, e 6) Informes e esclarecimentos diversos: situação dos empreendimentos objeto da solicitação de voto CMH nº05 que aprovou na 1ª Reunião Extraordinária da 5º Gestão de 25/8/14 a viabilização dos mesmos através do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades e a saber: Barro Branco II A, Barro Branco II C, Estevão Resende, Guarapiranga I, Guarapiranga II, Inácio Monteiro Casa Branca, Inácio Monteiro Flor Do Oriente, Joaquim Leal, Sonda B, Clube De Mães De Vila Simone, União Popular De Vila Simone, São Francisco A, São Francisco B; relação das entidades habilitadas e vencedoras no Chamamento nº 001/2015 (processo administrativo nº2014-0.288.871-2 da COHAB-SP para o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades com respectivos imóveis vinculados a cada uma; Edital da COHAB-SP para a segunda fase do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades e proposta orçamentária dos recursos do FMH para 2016. O Sr. Floriano dá início aos trabalhos. **Sr. Floriano** – No que diz respeito ao Programa Habitacional de São Paulo com relação às desapropriações dos terrenos que estão no chamamento da COHAB, tanto para o Fundo FAR, quanto para as onze, doze mil unidades que estão sendo viabilizadas às entidades, todos os recursos necessários para o pagamento do restante das desapropriações, mesmo alguns que já estão programados para o ano que vem, foram garantidos pelo prefeito. Além dos recursos previstos do FUNDURB, são mais cento e sete milhões de reais que vão ser depositados judicialmente para concluir todos os processos de desapropriação em terrenos das vinte mil unidades, que são do chamamento da COHAB, para o Fundo FAR, e mais as onze mil, doze mil unidades, que estamos concluindo do Minha Casa Minha Vida Entidades. O segundo chamamento de entidades já está disponibilizado, com a relação dos terrenos e, até o final do ano, ocorrerá um terceiro chamamento. Será a totalização do compromisso do prefeito com relação ao apoio ao Minha Casa Minha Vida Entidades. Ontem foi publicado o decreto de apoio técnico às entidades. No ano que vem, já há a rubrica orçamentária para o programa de apoio às entidades. Só poderão pedir o apoio técnico as entidades que estiverem em dia e habilitadas dentro do Ministério das Cidades. **Sra. Ana Maria** - Item 1. Aprovação da ata da 7ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação, realizada em 27 de agosto de 2015. Todos estão de acordo com o registrado na ata? Podemos considerá-la aprovada? (Não há manifestação no plenário) Aprovada por todos a ata. Item 2. Solicitação de voto pedindo autorização para aditar quatro convênios. **Sr. Eduardo** - São convênios de cortiços antigos, onde estava previsto que a regularização ficaria por conta das associações proprietárias das áreas. Estamos pedindo aqui autorização para aditar os convênios para poder pagar com recursos do Fundo a regularização e o registro cartorário. São: Vilinha 25 de janeiro, Imoroty, Pedro Fachinni e Eiras Garcia. **Sr. Valmir** - Defendo a aprovação. Outros mutirões, não só desses conjuntos, mas, do tempo da Erundina, estão na mesma situação? **Sr. Eduardo** - Existe uma grande lista de empreendimentos que estão em regularização. Os outros convênios não previam que o recurso seria das associações. Então, não precisamos trazer voto aqui para fazer o registro. Esses eram específicos; previam que o recurso para registro era da associação. **Sr. Caio** - Não há problema na aprovação. Queria entender que convênios são esses com as associações de moradores. Porque não foi construído por mutirão. Foi outro processo. **Sr. Eduardo** - Os convênios foram firmados para transformar isso em uma obra pública. As áreas já eram das famílias. Só fizemos os convênios para poder fazer os empreendimentos. Mas não eram mutirões. Só convênio para produção. A compra veio de recurso público. **Sra. Ana Maria** – Em votação a solicitação de voto. Aprovada. Item 3. Solicitação de voto pedindo para constituir um grupo de trabalho a ser formado por três representantes de cada segmento para rever a lei que instituiu o Conselho Municipal de Habitação. **Dra. Vera** - O Poder Público tomou a iniciativa de pedir uma alteração da composição do Conselho no tocante à Administração Pública. Isso já foi encaminhado, já está na Câmara. A estrutura da prefeitura foi muito alterada; as secretarias hoje não guardam relação com as secretarias de quando o Conselho se iniciou, há treze anos. Foi essa a proposta que a Secretaria de Habitação encaminhou à DL e a DL encaminhou à Câmara. E soubemos de um pedido para alteração dos demais segmentos. É preciso ponderar que já vamos começar a trabalhar para a próxima eleição. Então, montar um grupo para, daqui a sessenta dias, fazer sugestões, para, depois, encaminhar à Câmara, é absolutamente inoportuno! **Sr. Sidnei** - Nosso companheiro Dito está acamado. Com esse esclarecimento, preciso que façamos ou uma reunião extraordinária com o Dito ou podemos passar para a próxima, porque, pelo que entendi, não há tempo para mudança. **Dra. Vera** - E a Câmara vai entrar em recesso. Devemos levar isso em conta. **Sr. Caio** – Pelo que entendi, há a preocupação com o tempo, com a urgência das eleições. E há outra realidade do segmento de assessorias técnicas, que do jeito que está organizado hoje limita bastante a participação de pessoas que estão exercendo o papel de técnicos e que não podem participar por causa da pessoa jurídica. Estou entendendo que é o tipo de coisa que poderíamos resolver em uma ou duas reuniões. **Dra. Vera** - Isso tem que ir à Câmara. A Câmara tem que aprovar. **Sra. Ana Maria** – Isso é para começo de gestão e não para fim de gestão. Só lembrando que criamos dez grupos de trabalho. Desses dez grupos de trabalho, foram pouquíssimos os que apresentaram resultados. Se há alguma intenção de fazer alguma coisa, quem tem a proposta do que fazer, que a apresente pronta. Não vamos ter tempo para formar um grupo. **Sra. Maria Isabel** – O que foi colocado aqui já contempla nossa preocupação no impacto do segmento da Sociedade Civil. Independentemente do tempo que demore, acho que, mesmo assim, essa alteração tem que acontecer, tem que ser deflagrada, tem que iniciar. Poderíamos agilizar a questão para a próxima reunião. Se vai à Câmara, acho que pode passar para o ano que vem, mas defendo que façamos isso, de qualquer maneira. **Sra. Nilda** - Nós, Movimento MUHAB, achamos a proposta muito interessante, embora tenha vindo um pouquinho tarde. Mas, não queremos que ela seja aprovada às pressas, de qualquer jeito. Podemos fazer essa alteração e deixá-la como indicativo para o próximo Conselho. Podemos deixar para o próximo Conselho aprovar, mas já podemos discutir e propor essas alterações. Só defendemos não mexer na proporção dos movimentos. **Dra. Vera** - Entendi que a proposta feita pela Nilda seja encaminhar para que isso venha a acontecer, mas não dá tempo na eleição que vamos ter que fazer em março. Quer dizer, fica para o próximo Conselho. **Sra. Edinalva** - Gostaria de defender a proposta do companheiro Dito. Penso que, se ele colocou, é porque ele tem algum respaldo a nos dar. **Sr. Celso** - Gostaria de me manifestar favorável ao voto do conselheiro Dito. A Dra. Vera mencionou que existe uma proposta do segmento do Governo para fortificar a configuração do Conselho. Isso passou pelo Conselho? O setor do Governo colocou essa discussão conosco? Acho que isso poderia ter sido trazido para nós, para que pudéssemos discutir isso junto com o Governo e talvez termos apresentado nossa proposta anteriormente. Agora, também acho que, se a eleição é em março, podemos muito bem discutir essa questão e encaminhar. Se não houver a possibilidade de se resolver no prazo, encaminhamos e fazemos nossa parte. E podemos fazer talvez gestões junto à Câmara Municipal assim como o setor do Governo deve ter feito, por conta do seu encaminhamento, para que também aprecie nossa proposta. **Sra. Ana Maria** - Foi criado em dezembro de 2013 pelo Prefeito Haddad um Comitê Intersecretarial de Política de Participação Social. E esse Comitê funciona na Secretaria de Direitos Humanos. A Dra. Vera esteve presente na semana passada, numa reunião, onde foram convidados os conselheiros. Eles nos pediram a relação de todos os e-mails dos Conselheiros do Conselho Municipal de Habitação, para serem convidados a participar de uma reunião. Fornecemos os e-mails dos senhores. Estão acontecendo discussões abertas, consultas públicas abertas. E também consultas públicas no site da Secretaria de Direitos Humanos, a respeito de cada conselho. E a Dra. Vera esteve nessa última reunião, que aconteceu no dia 21 de outubro, onde falava-se do Conselho Municipal de Habitação, e não viu ninguém de movimento, ninguém participando da reunião. **Dra. Vera** - Queria falar sobre a questão que o conselheiro colocou, no sentido de que não passou por aqui a discussão da alteração do segmento público. Isso foi uma alteração proposta pela chefia da assessoria jurídica da SEHAB, no começo deste ano, quando percebeu várias questões que eram discutidas aqui e tinham interface com a Secretaria de Governo Municipal e com a Secretaria dos Negócios Jurídicos e que não havia representantes dos senhores nessas secretarias. Então, era uma necessidade que o Poder Público percebeu. E encaminhou essa proposta no início de 2015. Só agora isso chegou até os senhores. Podemos começar a discutir isso. Quando a discussão estiver terminada, se encaminha. Agora, em sessenta dias, querer alterar, isso não vai repercutir na eleição de março. Isso é uma coisa para um próximo Conselho. **Sr. Abelardo** – Referente à composição da revisão em relação às inúmeras mudanças ocorridas, sobretudo na área administrativa da prefeitura, a Dra. Vera já explicou que a prefeitura teve a iniciativa de encaminhar ao Legislativo, à Câmara, que tem competência para tratar disso, para fazer as correções necessárias. A partir daí, a discussão dessas alterações, me parece que, no âmbito do Conselho, é, de certa forma, uma perda de tempo. Porque não só os movimentos, mas a população como um todo tem o direito de oferecer sugestões ou propostas de melhoria da lei. Quem tem competência para mudar a lei é a Câmara. Nós aqui não temos competência, a não ser aprovar as sugestões e encaminhá-las à Câmara. Minha proposta é que o Conselho não forme essa comissão, que não percamos tempo com isso. As propostas que existirem, que venham para cá e, com muita satisfação, o Conselho fará moção de encaminhamento e nada além disso. E, pediria, Secretário, que se verificasse se já foi formado o PL, se tem número, se já foi designado o relator, e que se deem essas informações para que aqueles movimentos, aquelas pessoas, que tenham interesse em prestar propostas, as encaminhem diretamente ou as tragam ao Conselho, para que o Conselho referende, faça moção de encaminhamento. **Sr. Valmir** - Realmente temos pouco tempo. É fim de mandato do Conselho Municipal de Habitação. Qualquer mudança que venha a acontecer agora, simplesmente, pode retardar aprovações de projetos que já estão na fila, para muitas famílias. **Sra. Nilda** – Conversei com o Conselheiro Sidnei. Além da alteração da legislação, vamos propor também a alteração do Regimento do Conselho, que também está bem ultrapassado. E vamos fazer a proposta e encaminhar ao Conselho, na próxima reunião. **Sr. Abukater** - A preocupação do autor da proposta é com a absoluta desatualização da legislação, a ponto de o Governo ter encaminhado um voto para adequar à indicação do Poder Municipal por conta de tamanhas mudanças que houve na estrutura orgânica da própria prefeitura. Só que as desatualizações vão além disso. Considero absolutamente inadequado levantar essa discussão aqui dentro, quando o mais importante é elegermos comissão eleitoral e caminhar para uma mudança muito forte na composição do Conselho. O Governo está concentrado nos programas do FDS, do FAR. O FGTS foi votado ontem. São tantas equações para serem montadas dentro de uma solução federativa para poder colocar em produção o que for possível de imediato e consolidar os compromissos futuros! Não vamos ter energia e espaço para fazer isso. **Sr. Sidnei** - Retiramos esse voto. Vamos montar uma comissão informal, trabalhar as nossas propostas para preparar o voto e encaminharemos. **Sra. Ana Maria** – Item 4. (A Sra. Patrícia Rodrigues faz a apresentação sobre a Lei nº15.946 de 23/12/2013, que institui a composição mínima de 50% de mulheres nos Conselhos de Controle Social e respectivo Decreto nº54.917, de 12/03/14.) **Sra. Patrícia** - No Conselho de Habitação, em geral, as mulheres estão muito fortes, no Movimento de Mulheres. Mas, na hora de representar, não é a regra. Fizemos um levantamento de todos os conselhos da cidade. A presença de mulheres chega a 45% ou 47%. Não chega a 50%. **Sra. Nilda** - Acho a lei muito importante. Vem na hora certa. Sabemos que no Movimento de Moradia, nos movimentos, 90% são mulheres, dirigindo o movimento. Então, na hora de a mulher estar nos espaços de decisão, nos espaços de poder, nada mais justo que as mulheres estejam lá, representando as mulheres do movimento. **Sra. Ana Maria** – Item 5. (A Sra. Ana Maria faz a apresentação sobre a formação da Comissão Eleitoral para a 6ª Gestão do CMH.) **Sr. Abraão** - Acho que é importante assegurar ou garantir aquela questão de haver um número de votantes a mais. É importante que, pelo menos, uma urna possa ser assegurada em algumas regiões que de repente não tenham uma participação grande como outras. A senhora não disse a previsão orçamentária para essa eleição agora, em março. E tenho muitas dúvidas com a PRODAM, porque já tivemos problemas com ela. Não nas últimas eleições. Mas já tivemos. Com o TRE, é difícil conseguir urnas. **Sra. Ana Maria** - Não conseguimos com o TRE por causa das eleições majoritárias. Nessa última eleição, não tivemos problemas com a PRODAM, porque o fundamental é a organização da eleição. Foi muito bem organizada e esperamos repetir isso. Por isso queremos colocar as mesmas pessoas, por parte do Poder Público, que participaram na organização da eleição anterior. Com relação ao que gastamos na eleição passada, sem contar gastos com funcionários, porque são dados dois dias de folga para as pessoas, por terem trabalhado na eleição, mas, de gastos diretos, em torno de R$1,4 milhão; R$ 1 milhão de PRODAM e R$ 400 mil de despesas gerais. E para a próxima estamos estimando os mesmos valores. **Sr. Abraão** – Se tive dois mandatos como titular, entendo que não posso participar agora. Para suplente, não foi assim que aconteceu. **Sra. Ana Maria** - Sempre foi dessa forma. A lei trata os conselheiros, titulares e suplentes, como iguais. Porque, numa reunião, pode estar o titular. Na outra reunião, pode estar o suplente. **Sr. Maksuel** - Ficamos basicamente dois anos e quatro meses sem ter eleição no Conselho. Se tivesse havido eleição, já valeria como se tivesse havido outro mandato. Então, esse período que ficamos sem eleição foi como se tivéssemos tido um mandato. Isso é válido ou não? Ou ele é subsequente? **Sra. Ana Maria** - É subsequente. A 4ª gestão foi 2009/2011 e esta 5ª gestão, 2013/2015. Ficamos um período sem Conselho. Então, quem esteve no Conselho em 2009/2011 e agora neste Conselho, 2013/2015, não vai poder ser conselheiro. **Sra. Ana Maria** - Sociedade Civil está indicando SINDUSCON, SECOVI, SCIESP e APEMEC. Rosilene é indicação do SINDUSCON. SCIESP está indicando o Wellington. O SECOVI e o SINDUSCON estão indicando a mesma pessoa. Não está completo. A UMM está indicando o Dito. MDM está indicando Antônio Pedro de Souza. Até o final da reunião, haverá a indicação. Se não houver indicação, passaremos novamente o e-mail para fazerem a indicação. Podemos considerar que os nomes que forem apresentados são aprovados pelo Conselho? (Não há manifestação contrária) Precisamos de agilidade porque a primeira reunião é no dia 9 de novembro. **Sra. Ana Maria** – Item 6. Informes e esclarecimentos diversos. **Sr. Caio** - A solicitação de esclarecimento diz respeito a um voto que passou aqui, no Conselho, no dia 28 de agosto do ano passado, de convênios que haviam sido assinados com associações para construção por mutirão. Foi um processo de seleção pública por edital, feito em 2004. Foi autorizado aqui que os convênios fossem repassados para o FDS, para que as entidades viabilizassem aqueles empreendimentos, não mais com recursos do Fundo Municipal de Habitação, mas com recursos do FDS. Foi um voto por unanimidade. E acompanhamos o processo de um desses treze convênios em que a área, apesar de ter sido aprovada, para passar para o FDS, foi destinada para a construção de uma UPA. E isso foi avisado recentemente, apesar de ter havido algumas reuniões entre associação e COHAB, apesar do processo de transferência do terreno, e da consulta ao SIMPROC, que demonstrava que a área estava sendo transferida da prefeitura para a COHAB, para viabilizar o empreendimento do Minha Casa Minha Vida Entidades. Então, a solicitação de esclarecimento é em relação aos treze empreendimentos, para saber exatamente em que situação estão, para saber se a decisão do Conselho é para ser respeitada ou se vai ser desrespeitada, como parece que está acontecendo aqui, nesse caso específico do Estevão Rezende. **Sr. Abukater** - Evidentemente, que tudo o que se decide aqui é para ser respeitado. Afora isso, vamos fazer o que é de direito e obrigação e respeitar o voto do Conselho. **Sra. Silvia** - Iniciamos um procedimento de elaborar um projeto de lei e solicitar à Câmara a doação das áreas que eram dação da prefeitura para a COHAB, porque essa era a forma que havia de possibilitar a passagem desses terrenos às entidades. Então, todos os empreendimentos que estavam previstos em áreas da prefeitura, colocamos no projeto de lei. Montamos para o Estevão Rezende, para o Sonda, para o Joaquim Leal, e estávamos definindo a solução para o Casa Branca, junto com o Fórum dos Mutirões. As demais situações, estávamos procurando, pensando, cogitando, mas não havia ainda uma solução de encaminhamento. Recentemente, fomos informados por uma assistente técnica da prefeitura que não era mais necessário fazer esses projetos de lei, para doar áreas da municipalidade à COHAB, porque houve uma alteração na Lei Orgânica do Município, que permite que SEHAB doe diretamente à COHAB. Então, esses processos que montamos caminharam, estiveram em transito, mas voltaram, e acabou não se efetivando essa doação para COHAB das áreas. Agora, vai se efetivar de outra forma e aí temos que ver exatamente como isso se dá. As áreas da prefeitura, são: Estevão Rezende e Associação União do Parque da Conquista. Havia uma participação da Zona Oeste. Um convênio assinado com o Parque da Conquista e a Zona Oeste. Mas quem estava na gestão agora, dessa área, era a União do Parque da Conquista, na condução de todo esse processo. Solicitamos a área e depois de um tempo fomos informados pelos senhores, inclusive, que a área havia sido destinada à implantação de uma UPA, de uma Unidade de Pronto Atendimento da Secretaria de Saúde. Esse encaminhamento foi feito pela SEHAB, que desconhecia todo o procedimento que estávamos encaminhando. As outras áreas da Prefeitura são do convênio Casa Branca, com a Associação dos Moradores Casa Branca, com a Associação do Clube de Mães Flor do Oriente. Com a Associação Casa Branca, estamos vendo uma alternativa de área no Jardim São Paulo e estamos discutindo com a Solange. E vendo como encaminhar porque é uma gleba que tem que tomar providências para se desdobrar e transformar a área num lote, possível de ser doado para a associação. O Joaquim Leal também passou por esse processo de solicitação de projeto de lei e agora voltou para nós, para efetivarmos essa doação internamente, SEHAB e COHAB. O São Francisco A, não demos nenhum desdobramento; não houve gestão direta sobre esse convênio. Houve sobre o São Francisco B. Com o Fórum dos Mutirões, oferecemos essa mesma área do Jardim São Paulo e estávamos discutindo com a Marisete a possibilidade de desdobro e formação do lote para mutirão lá. O Sonda B passou por esse mesmo processo. A assessoria deles está protocolando projeto em SEL, aprovando o projeto. E também temos que providenciar a doação da área da SEHAB para a COHAB, para poder passar para a associação. E União Popular e Clube de Mães, também não temos nenhum desdobramento até agora. É uma área que foi completamente invadida, na Miguel Ackel, e não temos mais nenhuma gestão sobre a área. À parte disso, temos os empreendimentos previstos em áreas da COHAB. São elas: Barro Branco 2A e 2C, que são das associações comunitárias Barro Branco 3 e Barro Branco 4. Demorou um pouco porque demorou o processo de habilitação deles no Ministério das Cidades. Eles demoraram a aceitar essa proposta. Eles insistiram muito em fazer por mutirão. Eles queriam fazer com recursos do FMH e não queriam ir para a CAIXA. Mas, depois que aceitaram, estamos encaminhando, nas instâncias internas da COHAB, a aprovação desses procedimentos de doação da área para eles e eles estão já iniciando também a gestão com a CAIXA. Inclusive eles têm um projeto numa área. E poderão assinar logo o contrato. O Guarapiranga 1 e o Guarapiranga 2 são áreas da COHAB; foram adquiridas com recursos do FMH e foram colocadas agora, nesse processo de Chamamento Público 2. Essas duas áreas estão na relação de áreas do Chamamento 2. Iniciamos por esse procedimento de fazer as doações, através de uma aprovação na Câmara Municipal, que foi uma gestão que não se confirmou por esse caminho e agora estamos iniciando dessa outra forma, que é passar as áreas de SEHAB diretamente para COHAB. Isso nunca foi feito. Ainda temos que ver como se faz. **Sra. Márcia** - Joaquim Leal e Sonda B são duas áreas que ainda constam como necessária a transferência. Uma vez que voltou o processo para SEHAB, depois de ter ido até a TL, onde iria ser enviado à Câmara, para fazer o projeto de lei de doação, já preparamos. E será publicado nos próximos dias o decreto que possibilita a doação dessas áreas públicas para a COHAB. Uma vez permitida a doação das áreas públicas para a COHAB, vai ser feita uma escritura pública e será transferido. E aí há todo um procedimento de transferência. Uma vez na COHAB, aí sim é possível dar andamento ao que foi proposto, aos convênios. Realmente a COHAB nos mandou todos os elementos técnicos, montamos o processo, só que foi para a Câmara e voltou. Não chegou a ir e voltou. E agora estamos fazendo por decreto. Com relação ao Estevão Rezende, houve um desencontro de informação entre SEHAB e COHAB. Foram buscadas alternativas a uma demanda do prefeito, na saúde, com relação a áreas para uma UPA, na Região Norte, por conta de uma reivindicação da comunidade local, por existirem

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sábado, 19 de dezembro de 2015 às 02:46:56.